



abralic

experiências literárias textualidades contemporâneas

O ARQUIVO E A TESTEMUNHA – UMA TENTATIVA DE ANÁLISE COMPARADA ENTRE OS *PAPÉIS DA PRISÃO* DE JOSÉ LUANDINO VIEIRA E AS *MEMÓRIAS DO CÁRCERE* DE GRACILIANO RAMOS

Elisa Scaraggi (PHDCOMP FCT, CEC, FLUL, UL)

RESUMO:

Este trabalho é uma tentativa de analisar comparativamente as obras *Memórias do cárcere* e *Papéis da prisão*, respectivamente do escritor brasileiro Graciliano Ramos e do angolano José Luandino Vieira. Ambos presos por suas ideias políticas, os dois escritores mantiveram uma relação privilegiada com a escrita que, para eles, tornou-se o meio primário para narrar a experiência da prisão. Para os dois escritores, além de ser um instrumento capaz de contrastar o perigo de um embrutecimento moral e intelectual, a escrita também tinha um valor literário, já que ambos consideravam que as anotações tomadas atrás das grades podiam vir a ser úteis em vista de um trabalho literário posterior. Apesar dos pontos de contato entre os dois autores, pelos contextos e pelas condições de produção, mas sobretudo pela sua natureza textual, as obras carcerárias de Graciliano Ramos e Luandino Vieira se posicionam em dois extremos da produção literária que surge da experiência da prisão. Retomando em parte o título de uma das obras mais conhecidas do filósofo italiano Giorgio Agamben, o que proponho analisar são as principais características das duas obras e seu papel de testemunha e arquivo.

Palavras-chave: Graciliano Ramos. Luandino Vieira. Arquivo. Testemunha. Prisão.

Ainda que a experiência da prisão possa assumir formas e modalidades variadas, ela está sempre marcada pela violência e pela inscrição do preso, enquanto sujeito, numa situação de exceção. Diferentes contextos históricos, políticos e geográficos, além das evidentes dessemelhanças entre os próprios presos, configuram essa multiplicidade de experiências. Ao analisarmos a literatura que narra a prisão e/ou que é produzida no interior dela, também nos deparamos com tal diversidade.

A primeira marca divisória diante da qual esbarramos quando investigamos a literatura carcerária é aquela entre presos comuns e presos políticos. Todavia, há uma necessidade urgente de repensar a denominação de “presos comuns” e, em consequência,

também a diferenciação entre essa categoria e a dos presos políticos, porque continuar a adotar a definição “presos comuns” pode nos levar a menosprezar não só a eventual produção literária dessas pessoas, mas sobretudo sua experiência humana de sofrimento.

Aliás, é preciso considerar que essas categorias são mais ambíguas do que costumamos pensar. Perguntemo-nos, por exemplo, em qual das categorias caberiam as camponesas angolanas capturadas pelos portugueses durante a guerra colonial e que, sem julgamento, acabaram presas por tempo indeterminado no campo prisional de São Nicolau, famoso por em Angola hospedar os militantes dos movimentos anticoloniais da época¹. Presas por ter supostamente colaborado com a guerrilha, o grau de conscientização política dessas mulheres era praticamente nulo e é muito mais provável que elas ajudassem os guerrilheiros porque entre eles havia os seus parentes, os seus esposos. Então, essas mulheres, conhecidas também como as “manas do Bolongongo²”, são presas políticas ou presas comuns?

Vamos fazer mais um exemplo que vem da África colonial e que mostra como as categorias não são estáveis ao longo do tempo. Na África do Sul e na Rhodesia, nos anos da luta anticolonial e antiapartheid, muitas pessoas eram presas de maneira preventiva, sem receber acusações formais nem processos legais, por ser potencialmente perigosas para o sistema colonial. Eles eram definidos *detainees* (detentos), enquanto definiam-se *political prisoners* (presos políticos) só aqueles que eram formalmente acusados, processados e condenados à prisão (Buntman 2003; Alexander 2011). Entre os *detainees* havia muitos nacionalistas, até líderes de movimentos nacionalistas, porém o sistema não lhes concedia a denominação de presos políticos, provavelmente para não alertar a comunidade internacional com o número alarmante de militantes detidos.

É preciso, então, repensar ou pelo menos questionar as categorias, também porque, das obras de ambos os escritores que aqui analisamos, e que foram presos políticos, emergem inúmeras contradições e incongruências, como por exemplo “presos comuns” que não

¹ Devo o conhecimento dessa história a uma palestra da historiadora angolana Maria da Conceição Neto, intitulada “Prisões coloniais e memórias seletivas: O que é lembrado? Quem é esquecido? O caso das camponesas enviadas para o campo prisional de São Nicolau (Angola, 1969)”. A palestra foi dada no âmbito da conferência internacional *Encarceramento colonial no séc. XX. Uma abordagem comparativa*, que teve lugar em Lisboa, nos dias 21-23 de julho de 2016.

² Essa é a denominação usada num artigo baseado numa conversa com a historiadora Conceição Neto e publicado pelo site Rede Angola (Frazão 2015).

raramente demonstravam um grau de politização e de coerência intelectual maior do que os presos políticos³.

Na hora da análise, porém, enquanto estudiosos, precisamos de categorias que permitam fixar limites e nos orientar melhor. Então, uma distinção significativa e que prescinde da dicotomia preso político/comum, é aquela entre os presos que entram na cadeia já sendo escritores e os que se tornam tais dentro da prisão e, podemos dizer, por causa da prisão, ou seja, para contar a própria experiência atrás das grades. Este último é o caso das narrativas mais contemporâneas do cárcere, ou, por exemplo, de Primo Levi, que começou a escrever para testemunhar o horror do campo de concentração, e que só depois de muitos anos se dedicou também a outros tipos de escrita. A distinção que propomos não quer encorajar uma avaliação diferente das obras literárias: não se trata de emitir juízos de valor *a priori* sobre a literatura de escritores ‘profissionais’ ou ‘amadores’, mas de perceber atitudes diferentes perante a experiência do cárcere e a necessidade de escrever dela.

De fato, se como afirma Primo Levi, todos os sobreviventes têm em comum o anseio de contar os fatos pelos quais passaram (Belpoliti 1997, 178), nem todos passam do conto oral à narrativa escrita. O próprio Levi, declarava que, ao sair do *Lager*, ele tinha uma carga narrativa “patológica” e que os seus livros de testemunho nasciam primeiramente como “contos orais” (Belpoliti 1997, 178). Para Levi, só depois de muito tempo a urgência do desabafo cedeu lugar à escrita⁴, que para ele era um jeito – o melhor jeito – de pôr ordem entre as coisas (Belpoliti 1997, 203).

Ao contrário de Levi, para o brasileiro Graciliano Ramos e o angolano José Luandino Vieira, a escrita é o meio primário para narrar a experiência da prisão. Já dentro da cadeia, ambos começaram a pôr por escrito as próprias observações. Graciliano e Luandino recorreram à escritura e ao estudo como instrumentos para contrastar o perigo de um

³ Também acontece o contrário, como é possível perceber lendo alguns dos comentários de Luandino Vieira sobre os seus companheiros de reclusão no Tarrafal, campo de concentração que hospedou os militantes dos movimentos nacionalistas de Angola, São Tomé e Cabo Verde. Recém-chegado ao campo, Luandino anota no seu diário: «O ambiente e pessoas mto. distorcidas pelo s/ individualismo (todos querem ser líderes, ninguém militante...). Custa a acreditar que sejam p[resos] p[olíticos] (Vieira 2015, 596)».

⁴ Lo stesso mio scrivere diventò un'avventura diversa, non piú l'itinerario doloroso di un convalescente, non piú un mendicare compassione e visi amici, ma un costruire lucido, ormai non piú solitario: un'opera di chimico che pesa e divide, misura e giudica su prove certe, e s'industria di rispondere ai perché. Accanto al sollievo liberatorio che è proprio del reduce che racconta, provavo ora nello scrivere un piacere complesso, intenso e nuovo, simile a quello sperimentato da studente nel penetrare l'ordine solenne del calcolo differenziale (Levi 1975, 157).

embrutecimento moral e intelectual. Porém, não se tratava de uma escrita com função exclusivamente terapêutica, nem de um simples entretenimento: as anotações também tinham valor literário, porque ambos os escritores consideravam que elas podiam vir a ser úteis em vista de um trabalho literário posterior.

Na nossa opinião, essa relação privilegiada com a escrita deve-se também ao fato que os dois eram escritores antes de ser presos, embora para nenhum dos dois a literatura fosse a ocupação principal, o ganha-pão. Graciliano era um funcionário público que, porém, já gozava de certa fama literária no meio brasileiro: ele tinha publicado já dois livros bem recebidos pela crítica e publicaria o terceiro – *Angústia* – durante a reclusão. Ao contrário, no momento da prisão em 1961, Luandino só tinha publicado uma pequena coletânea de contos intitulada *A cidade e a infância*, e sua fama era limitada aos poucos interessados na literatura da então colônia portuguesa de Angola. Porém, para ele era evidente que ele era escritor. A esse propósito, citamos uma anedota reveladora relatada nos *Papéis*. Em 63, em Luanda, no Pavilhão Prisional da PIDE, Luandino tem esse diálogo com outro preso que o interroga sobre o motivo da sua prisão: «- És comunista? – Não! – Democrata? – Não! – Então? Liberal? – Não! Sou escritor! (Vieira 2015, 161)». Nessa reivindicação de ser escritor, ecoa a afirmação “Não, senhor. Faço livros” que Graciliano dirige ao diretor da Colônia correcional no momento em que é autorizado a deixar a Ilha Grande e promete escrever sobre ela⁵.

Contudo, apesar dos pontos de contato entre os dois autores, pelos contextos e pelas condições de produção, mas sobretudo pela sua natureza textual, as obras carcerárias de Graciliano e Luandino se posicionam em dois extremos da produção literária que surge da experiência da prisão. A primeira diferença se apresenta logo nos títulos das duas obras: *Memórias e Papéis*. Enquanto o primeiro remete a um gênero literário já estabelecido que pressupõe uma narrativa autobiográfica bem estruturada, o segundo nos faz pensar numa série de folhas espalhadas e reunidas, se não ao acaso, também sem um projeto literário específico e sistematizado.

⁵ -Levo recordações excelentes, doutor. E hei de pagar um dia a hospitalidade que os senhores me deram. -Pagar como? exclamou a personagem. - Contando lá fora o que existe na ilha Grande. -Contando? -Sim, doutor, escrevendo. Ponho tudo isso no papel. O diretor suplente recuou, esbugalhou os olhos e inquiriu carrancudo: - O senhor é jornalista? -Não senhor. Faço livros. Vou fazer um sobre a Colônia Correcional. Duzentas páginas ou mais. Os senhores me deram assunto magnífico. Uma história curiosa, sem dúvida (Ramos 1974, 394).

Cabe aqui fazer uma pequena nota introdutória às duas obras, para quem não tiver familiaridade com elas. As *Memórias*, publicadas em 1953 depois da morte de Graciliano Ramos, são a elaboração literária da experiência de detenção do autor⁶, elaboração feita após muitas reflexões, inclusive sobre o porquê e a forma como contar casos passados há muitos anos num contexto tão sofrido. O autor admite ter sido obrigado a destruir as anotações que mantinha, todavia, estas não lhe fazem falta na hora de escrever: no primeiro capítulo, verdadeira declaração de intenções, Graciliano chega a afirmar que não possuir as anotações pode até vir a ser uma vantagem para conseguir criar uma boa narrativa literária. As *Memórias do cárcere* situam-se na fronteira entre ficção literária e realidade, sendo que o texto oscila constantemente entre uma esfera política de denúncia da violência do Estado e uma esfera privada, na qual se expõem os sentimentos e pensamentos do autor. O resultado é uma narrativa que, embora verdadeira, também não se constitui enquanto documento histórico; um texto que se apresenta como ato literário, mas ao mesmo tempo reivindica seu lugar no campo do real.

Por outro lado, os *Papéis da prisão* são uma edição filologicamente bem cuidada dos diários que Luandino Vieira escreveu clandestinamente durante onze dos doze anos de reclusão (1961-1972) aos quais foi condenado pelo regime colonial português por ter se envolvido no movimento de libertação de Angola. Os *Papéis* se compõem de 18 cadernos constituídos por apontamentos, desenhos, cartas, bilhetes trocados entre presos, fragmentos de jornais, etc. Eles acompanham as peregrinações do seu autor por várias cadeias de Luanda (1961-1964), até o Campo do Tarrafal, em Cabo Verde, no qual o autor ficou preso de 1964 a 1972. É importante destacar que, além dos diários, agora reunidos nos *Papéis*, a maioria da produção literária ficcional de José Luandino Vieira remonta aos anos da prisão.

Acreditamos que as duas formas de escrever a experiência da prisão correspondem a duas atitudes distintas que os escritores assumem: se Graciliano pode ser definido uma testemunha da história e a sua obra pode se encaixar na categoria da literatura testemunhal, a atitude de Luandino é a do arquivista, que organiza meticulosamente o arquivo da resistência com a clara sensação de ser um agente da história. É preciso dizer que em Luandino se enxerga uma propensão para o arquivo que vai além da experiência do cárcere. Naqueles anos de luta contra o colonialismo, o ideal do bom intelectual combatente era

⁶ A prisão de Graciliano Ramos durou de março de 1936 a janeiro de 1937.

construir os arquivos da resistência, os “arquivos implacáveis”. Nos diários, Luandino usa essa expressão só uma vez para se referir à transcrição de alguns poemas nos seus cadernos (Vieira 2015, 505), porém a expressão era mais difundida, como confirma esse trecho de autoria do seu amigo Carlos Ervedosa, autor de um famoso *Roteiro da literatura angolana*:

Começamos a guardar as cartas que nos chegavam do Tarrafal. Aliás, andávamos todos, há já alguns anos, a guardar desenhos, poemas, contos e outros escritos, uns dos outros, impublicáveis nesse tempo, formando os nossos “arquivos implacáveis”, como então lhes chamávamos (Laban 1980, 94)

O gesto de arquivista do Luandino é duplo, mas conjuga sempre estética e política: por um lado, até 1964, enquanto é preso em Luanda, ele utiliza a escrita dos diários como meio de comunicação com o mundo fora da prisão e, através da sua mulher, a quem entrega os cadernos clandestinos, consegue passar informações importantes para o movimento. Aliás, a sua participação na luta se dá também através da ficção escrita dentro do cárcere, e penso principalmente em *Luuanda*, coletânea publicada em 1964 quando Luandino já tinha sido transferido para o Tarrafal, na qual não faltam as referências explícitas à luta anticolonial e à situação dos militantes nacionalistas presos⁷. Por outro lado, uma das maiores preocupações de Luandino ao longo de todos os anos de reclusão é criar um arquivo da cultura angolana. Pensemos então nas listas de expressões em kimbundu ou em português akimbundado, ou nos apontamentos sobre algumas figuras do folclore, nos provérbios e nas histórias tradicionais que Luandino ouve dos seus companheiros de reclusão e que vai anotando. Pensemos ainda no projeto do Cancioneiro Popular Angolano, ao qual Luandino se dedica com constância, construindo um acervo composto por dezenas de canções em kimbundu. A intenção que motiva a compilação do cancionário é claramente difundir a cultura angolana, por isso o autor enviava as canções recolhidas para seus companheiros fora da prisão, para que eles pudessem «aproveitá-las para alguma coisa» porque «quietas não dão filhos (Vieira 2015)». A motivação atrás da recolha desse material, como o autor afirma na longa entrevista que fecha o volume dos *Papéis da prisão*, é justificar a independência política: «A nossa

⁷A publicação de *Luuanda* marcou a história portuguesa, além da história da literatura angolana. Em 1965, a Sociedade Portuguesa dos Escritores (SPE) atribuiu a *Luuanda* o Grande Prémio da Novelística, o maior prémio literário português. Quando se difundiu a notícia que a SPE tinha premiado um ‘terrorista’, condenado a 14 anos por ter atentado à segurança e à integridade da Pátria, o escândalo que se criou foi literário, mas também político. Alguns membros da SPE chegaram a ser detidos, e a sede da sociedade –logo declarada extinta –foi destruída durante um ataque fascista da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado).

independência política tem uma base cultural porque nós temos uma diferença cultural que justifica uma independência política (Vieira 2015, 1053)».

Tudo isso acontece, podemos dizer, “ao vivo”, e esse é outro elemento que distancia os *Papéis das Memórias*. É certo que nos *Papéis* existe uma forte componente temporal: lembramos que Luandino Vieira passa 12 anos na cadeia, portanto é natural que na leitura dos diários se perceba o efeito do passar do tempo sobre o autor. Porém as anotações nunca são retrospectivas: elas correspondem aos pensamentos, impressões e considerações que Luandino pensava e sentia no momento da escrita.

Ao contrário, nas *Memórias do cárcere* de Graciliano o problema do tempo aparece em toda a sua evidência. Como sabemos, o autor começou a trabalhar nas *Memórias* a uma década de distância da sua prisão⁸. O crítico Fábio Cesar Alves, afirma que é preciso levar em conta a duplicidade de vozes e de temporalidades que se instauram no discurso, porque no texto, fundem-se as vozes do prisioneiro de 1936 e do escritor militante de 1946 (Alves 2013, 17). Isso significa que

(...) para o narrador das *Memórias*, o passado, manipulado pela imaginação (...) somente lhe interessa na medida em que responde à “necessidade urgente de recompô-lo”, ou seja, conforme atenda aos dilemas enfrentados e repostos para o sujeito situado no presente da escritura (Alves 2013, 15).

Essa duplicidade de temporalidades não seria característica exclusiva das *Memórias* de Graciliano, mas de toda a literatura do testemunho. Aliás a duplicidade, em geral, é própria desse gênero. Como já dissemos, trata-se de um gênero híbrido, que se situa no limite entre ficção literária e história. Pensemos na definição de literatura do testemunho de Alfredo Bosi, que aparece num artigo sobre as *Memórias do cárcere*. Segundo o crítico, a escrita do testemunho é bifronte, «nem pura ficção, nem pura historiografia (Bosi 1995, 309)». Em consequência disso, o sujeito responsável por essa escrita também é bifronte, ou, como o define o filósofo Giorgio Agamben (2008), é um sujeito cindido⁹, porque olha para si mesmo

⁸ Segundo um documento datilografado que indica, para cada parte de *Memórias do Cárcere*, as datas de início e término de cada capítulo, Graciliano começou a escrever o primeiro capítulo da primeira parte no dia 22/Jan/46 e terminou o último capítulo da quarta parte no dia 1/ Abr/ 51. Contudo, outro documento, atesta que desde 1937, logo após a libertação, Graciliano tinha começado a trabalhar numa primeira versão de um livro sobre a sua experiência na cadeia.

⁹ «O sujeito do testemunho é constitutivamente cindido, só tendo consistência na desconexão e na separação – não sendo, contudo, redutível às mesmas. Isso significa “ser sujeito de uma dessubjetivação”; por isso, a testemunha, o sujeito ético, é o sujeito que dá testemunho de uma dessubjetivação (Agamben 2008, 76)».

como se estivesse olhando para outra pessoa. Além disso, quando abordamos a literatura de testemunho, é preciso considerar que à multiplicidade de temporalidade interna ao texto, se soma também a temporalidade própria do leitor, se considerarmos a leitura como ato de atualização do texto por parte de quem lê (Seligmann-Silva 1998). A complexidade que resulta dessa teia de temporalidades e subjetividades é o que faz com que a literatura de testemunho seja um objeto escorregadio e difícil de analisar em toda a sua plenitude.

Referências

Agamben, Giorgio. *O Que Resta de Auschwitz*. São Paulo: Boitempo, 2008.

Alexander, Jocelyn. “Nationalism and Self-Government in Rhodesian Detention: Gonakudzingwa, 1964 – 1974.” *Journal of Southern African Studies*, 37 (3): pp.37–41, 2011. Disponível em http://www.academia.edu/12774209/Nationalism_and_Self-government_in_Rhodesian_Detention_Gonakudzingwa_1964_1974. Acesso 23/07/2016

Alves, Fabio Cesar. “Vivência, Reflexão E Combate: Sobre Memórias Do Cárcere.” 221 f. Tese (Doutorado em Letras) Programa de Pós-Graduação em Teoria Literária e Literatura Comparada, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Sociais, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

Belpoliti, Marco (org.). *Primo Levi: Conversazioni E Interviste 1963-1987*. Turim: Einaudi, 1997.

Bosi, Alfredo. “A Escrita Do Testemunho Em Memórias Do Cárcere.” *Estudos Avançados*, 9 (23): pp.309–22, 1995.

Buntman, Fran Lisa. *Robben Island and Prisoner Resistance to Apartheid. Statewide Agricultural Land Use Baseline 2015*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

Frazão, Aline. 2015. “A História Das Manas de Bolongongo.” *Rede Angola*. Disponível em: <http://www.redeangola.info/opiniaao/a-historia-das-manas-de-bolongongo/>. Acesso 29/08/2016.

Laban, Michel (org.). *Luandino - José Luandino Vieira E a Sua Obra: Estudos, Testemunhos, Entrevistas*. Edições 70: Lisboa, 1980.

Levi, Primo. *Il Sistema Periodico*. Turim: Einaudi, 1975.

Neto, Maria da Conceição. “Prisões Coloniais E Memórias Seletivas: O Que É Lembrado? Quem É Esquecido? O Caso Das Camponesas Enviadas Para O Campo Prisional de São Nicolau (Angola, 1969)”. Lisboa: Museu do Aljube, 2016 (Comunicação oral).

Seligmann-Silva, Márcio. “Literatura de Testemunho: Os Limites Entre a Construção e a Ficção.” *Revista Do Programa de Pós-Graduação Em Letras - Universidade Federal de Santa Maria*, v. 16, pp. 9–37, janeiro/junho 1998. Disponível em <http://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11482>. Acesso 01/09/2016.

Vieira, Luandino José. *Papéis Da Prisão. Apontamentos, Diário, Correspondência (1962-1971)*. Org. de Margarida Calafate Ribeiro, Roberto Vecchi, e Mónica V. Silva. Lisboa: Caminho, 2015.

Fontes de Arquivo

[“Iniciando estas memórias” (...) “porta do meu quarto”]. Fundo: Arquivo Graciliano Ramos. Série: Manuscritos, MEMÓRIAS DO CÁRCERE. Localidade: [Rio de Janeiro, RJ, BRA]. Data: [1937?]. Número de folhas: 11. Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP). Código de Ref: GR-M-06.001.

[Tabela] Fundo: Arquivo Graciliano Ramos. Série: Manuscritos, MEMÓRIAS DO CÁRCERE. Localidade: [s.l.]. Data: [s.d.]. Número de folhas: 4. Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP). Código de Ref: GR-M-06. 144.